

As narrativas sobre a questão social: uma reflexão sobre a prática educomunicativa

Wellington Nardes

Introdução

O capitalismo sucumbe, em absoluto, os direitos humanos dos indivíduos que parecem amordaçados pelo autoritarismo e pela exploração do capital. Eles não tem possibilidades e tampouco oportunidades para unir vozes, por quaisquer meios, que reúnam suas narrativas de luta e de resistência e que bradam pela dignidade humana, pela ampliação da justiça e equidade social, pelos direitos humanos e pelas políticas públicas de proteção social.

Nesse sentido, alternativas de articulação de vozes e disseminação de narrativas sobre a coisa social parecem se ensaiar nas escolas públicas de Joinville/SC, por meio da educomunicação e da internet a partir de projetos sobre os quais dissertamos no artigo. Nossa hipótese é de que, estimuladas pelas práticas educomunicativas de produção e de disseminação de narrativas no ciberespaço, as discussões sobre as questões sociais extrapolam limites do espaço educativo e não apenas são veiculadas na internet por meio de narrativas so-

ciais em distintos formatos educomunicativos como também se tornam, entre os alunos, objeto de ativismo social.

Metodologicamente, o questionário pareceu o melhor instrumento de pesquisa. Foram dez alunos de distintas escolas desta cidade que responderam cinco perguntas sobre suas percepções/representações acerca da questão social, da educomunicação e da internet. No artigo ponderamos sobre as respostas ao questionário pelo qual podemos mapear a opinião dos alunos sobre direitos humanos e políticas sociais e, sobretudo, observar quais são seus comportamentos nas mídias sociais acerca das temáticas em questão. Por fim, pelo questionário, analisamos projetos/oficinas de educomunicação: como oferecem melhores condições de apropriação das discussões e como contribuem na construção de pensamento consciente e crítico sobre o tema.

O artigo constrói paralelos entre a questão social, a educomunicação e a internet. Os resultados da pesquisa comprovam a hipótese de que a prática educomunicativa das escolas de Joinville/SC, em última instância, promove o net-ativismo social manifestando-se na internet para defender causas sociais em formas ciberdemocráticas de participação elaboradoras a partir de uma ação engajada/coletiva, sobretudo, nas mídias sociais/digitais.

1. A questão social e as políticas públicas

As relações entre o capitalismo e as políticas públicas e sociais se constituem reação em cadeia. A fabricação de mercadorias é, fundamentalmente, o resultado do processo capitalista. Os sujeitos das classes desfavorecidas que constituem as massas das sociedades, majoritariamente, não têm condições financeiras de consumir. Quando muito, esses sujeitos tem o mínimo para sua sobrevivência e, portanto, não atendem à dinâmica do mercado e às demandas propostas pelo capitalismo que promove a exclusão dos indivíduos. Tal fenômeno é consequência da lógica de consumo e provoca conflitos nas “arenas sociais” cujo resultado é a questão social que se constitui, segundo Souza (2006), pelo embate entre trabalho e capital ou entre operários e patrões que eclodiu no momento em que a classe trabalhadora se percebeu vítima desse sistema autoritário e explorador.

A mobilização da classe operária, de entidades de classe e de movimentos sociais pressiona o Estado a criar/implantar políticas públicas e políticas sociais que tenham em seu DNA a promoção da equidade social mesmo que por força de Lei porque, perante a Nossa Constituição, somos todos iguais. No entanto, o autoritarismo, a exploração e as conjunturas econômicas do capitalismo conturbaram a noção de direito e de cidadania. Assim, as políticas públicas e sociais são, portanto, maneira do Estado compensar perdas históricas e se fazer cumprir o que determina a Constituição. É pertinente, uma vez mais, observar que mazelas sociais que se constituem consequências do capitalismo costumam impulsionar o Estado a atuar na criação e implementação de políticas públicas de caráter social, especialmente, por partidos “de esquerda”. No entanto, há que se reconhecer que por si só, o Estado (governo) sequer se sensibilizaria e tampouco se aplicaria não fosse a pressão de “forças externas”¹ como as entidades de classe e os movimentos sociais.

Embora pareça utópico esse olhar social, o Estado precisa se aproximar e dialogar com os cidadãos sobre as políticas públicas oferecendo-lhes direito à voz acerca de suas demandas sociais. No entanto, as narrativas desses sujeitos são desprezadas pelo Estado que, pelo contrário, não se aproxima desses aos quais se destinam as políticas públicas sociais. Tal distanciamento promove múltiplas insatisfações de todos os tipos e costuma provocar rebeliões sociais das classes mais desfavorecidas que procuram se articular do modo que for possível para ecoar vozes de luta e de resistência contra os conluios do capital e da política que se aliaram em prol dos interesses em comum. Mesmo assim, são escassas as alternativas do povo para se manifestar/rebelar contra o sistema e, quando ousam, as narrativas conservadoras chamam isto de “vadiagem ou vagabundagem”.

É pela Educação que podemos formar cidadãos mais conscientes/críticos sobre processos sociológicos/ideológicos e tal qual Freire (2000) romper os movimentos cíclicos da sociedade. Nesse sentido, compreendemos que o ensino-apren-

1 A participação popular nas decisões políticas, na criação e implementação das políticas sociais se dá por meio de instituições e movimentos que se multiplicaram como associações, sindicatos, conselhos que se aplicam na defesa dos direitos constitucionais e, atualmente, podem se organizar pela internet.

dizagem nos espaços educativos pode contemplar a discussão sobre a questão social por meio de didática-pedagógica inovadora que ofereça empoderamento em forma de articulação de vozes e de ativismo, especialmente, às crianças e aos jovens. Assim, eles podem reunir elementos para melhor compreender a complexidade da questão social: relações históricas/ contemporâneas entre o capitalismo, a sociedade e o Estado. Aí, compreendendo-a, não de perceber que políticas públicas de proteção social são absolutamente legítimas e se constituem respostas do Estado à questão social. Teixeira (2007, p.46) observa que:

Os sistemas de proteção social públicos surgem nos países capitalistas ocidentais, como resposta à questão social. São resultantes das pressões das lutas sociais que agregam e adensam reivindicações, trazendo à cena pública os problemas sociais transformados em demandas políticas, introduzindo-as no campo das disputas políticas e das prioridades de políticas públicas.

É equivocada a narrativa conservadora de que políticas de proteção social são as migalhas do Estado para os miseráveis. Os sujeitos menos privilegiados precisam que as políticas de proteção social: *a)* sejam processos de inclusão social e ressocialização; *b)* impeçam a perpetuação da exclusão, da miserabilidade e da pobreza; *c)* promovam a cidadania, a liberdade, a participação popular e a justiça social e *d)* garantam direitos constitucionais: políticos, civis e sociais dos sujeitos. Nesse sentido, atualmente *a)* nossa democracia parece mais consolidada; *b)* nosso desenvolvimento cultural/tecnológico oferece melhores condições e *c)* nossas instituições estão mais articuladas e, portanto, o que queremos dizer é que nesse Brasil de 2018, o Estado tem muitas razões para temer o povo, os movimentos sociais e as entidades de classe e seus meios de participação.

Hoje, não há mais repressão da ditadura e a internet e as mídias digitais oferecem múltiplas possibilidades de articulação política: mobilizações e manifestações. Assim, portanto, a “massa” tem outros meios para promover uma verdadeira revolução nesse país e pressionar o Estado em defesa das políticas sociais em favor de pobres, negros, gays, mulheres, crianças e/ou quais são historicamente explorados pelo capitalismo.

Mesmo assim, o povo pode melhor usufruir o direito à liberdade de expressão e pensamento, multiplicando vozes de luta e resistência acerca das questões sociais. Nos espaços educativos, por exemplo, através da produção de mídias alternativas, crianças e jovens podem fazer ecoar suas posições/opiniões contra o sistema capitalista. A educomunicação é instrumento de cidadania porque os projetos permitem compreensão de processos sociológicos e estimulam posicionamento crítico por meio de produções textuais e audiovisuais em caráter de ativismo social, depois publicadas na internet.

2. A Vocação da Educomunicação

A educomunicação é a prática social que se constitui de múltiplas ações na interface entre a Comunicação e a Educação e que pretende, entre outras coisas, criar ecossistemas comunicativos nos espaços educativos com intuito de melhorar/qualificar a ação comunicativa e o processo de ensino-aprendizagem nesses ambientes. Soares (2002, p.115) define a educomunicação como:

O conjunto das ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos e produtos destinados a criar e fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos, melhorar o eficiente comunicativo das ações educativas, desenvolver o espírito crítico dos usuários dos meios massivos, usar adequadamente os recursos da informação nas práticas educativas e ampliar a capacidade de expressão das pessoas.

De um lado da ação, em suas práticas nos diversos ambientes educativos, a educomunicação discute e problematiza os meios analógicos enquanto produtores de sentidos resignificando seus formatos e suas concepções, a partir de produções educomunicativas como jornal escolar, rádio e TV escola. De outro lado, costuma utilizar a internet em suas práticas veiculando discussões sobre questões sociais neste ciberespaço e propondo subversões narrativas ou contra narrativas ao *status quo* hegemônico por meio de concepções filosóficas/ideológicas que se materializam em blogs, spots e vídeos. A vocação da educomunicação é, portanto, oferecer alternativa/ possibilidade pela qual excluídos/

marginalizados possam, nos espaços educativos em geral, elaborar suas narrativas e ampliar vozes sobre as questões sociais como um todo.

2.1. A internet como “instrumento” educomunicativo

A internet é um instrumento de reverberação/disseminação de vozes sobre a questão social pela qual se promove discussões temáticas, instâncias de participação, ensaios de democracia, disputas de narrativas e confrontos filosóficos/ideológicos em representações que negociam entre si uma pluralidade de mediações em que todos influenciam e são influenciados. Um clique não transforma mundo e nem o revoluciona. A internet não é território livre, mas reduziu o histórico fosso entre dominantes e dominados trazendo à público, ao debate e ao ativismo, questões antes encubadas pelos meios tradicionais que são, se não propriedades dos poderosos, fortemente vinculados política, econômica e culturalmente aos próprios. Jenkins, Green e Ford (2014, p. 206) afirmam que:

As vozes ativas, descrevem com frequência, o poder crescente da blogosfera como um desafio para jornalistas e para a mídia comercial, falando da diminuição da autoridade da grande mídia ou da ameaça que essas fontes de mídia livre representam para as instituições de práticas herdadas.

Na internet, tudo pode ser dito e viralizado com expressivo alcance de pessoas, especialmente, em tempos que o acesso à internet cresce exponencialmente no Brasil por onde se produz/circula contra-narrativas em defesa de políticas sociais, denunciam todo tipo de violação aos direitos humanos e se engajam em pautas pela ampliação da justiça social. As práticas educomunicativas realizadas nas escolas perceberam na internet a oportunidade de tornar públicas as produções dos alunos sobre o tema da questão social.

Aliás, a internet oferece possibilidades de produção e publicação educomunicativa: um jornal virtual, uma emissora de rádio, um canal de TV e outras quantas pelas mídias sociais, fóruns de discussão, *blogs* e *sites*. A internet é instrumento educomunicativo pela qual projetos publicam as produções de pensamento/reflexão/opinião sobre a coisa social.

2.2. A *práxis* Educomunicativa

Fundamentalmente, é assim que a coisa funciona na *práxis* educomunicativa das escolas de Joinville/SC: num primeiro momento, os alunos participam de coletivos com discussões transdisciplinares sobre a questão social. Nesse espaço todos tem vez e voz em relações horizontalizadas, democráticas e dialogadas. Nesse ambiente de projetos/ oficinas educomunicativos mediadas por educadores que os alunos se apropriam minimamente sobre o tema e são incentivados a iniciar um processo de pesquisa, estudo e investigação. É um exercício “jornalístico” de procura à informação, de formação de opinião e, concretamente, de produção de mídias em formatos/extensões publicáveis na internet: texto, áudios e vídeos para as variadas plataformas, posteriormente publicadas.

O processo de produção de mídia, além de coletivo, colaborativo e democrático, dialoga com o repertório crítico sobre a questão social que os alunos desenvolvem durante as discussões coletivas. É o mesmo repertório que provoca um ativismo social no ciberespaço, especialmente, em suas páginas nas mídias sociais. Podemos dizer que ao participar das discussões nas oficinas e das produções de mídia sobre políticas sociais, direitos humanos, meritocracia, desigualdade, racismo e homofobia, entre outros temas, os alunos se conscientizam sobre processos sociológicos, históricos e contemporâneos.

Esse ativismo pelas causas sociais na internet entre os alunos é consequência dos projetos educomunicativos que qualificam o processo de ensino-aprendizagem numa formação para cidadania participativa. Os alunos têm a possibilidade de manifestar, pela internet, suas narrativas sobre a questão social. Os alunos que participam de projetos de educação começam a perceber pelo próprio processo que os meios hegemônicos não falam de questões sociais. Deste modo, eles desenvolvem uma capacidade crítica quanto ao monopólio de mídia e entendem a coisa de modo contextualizado/circunstanciado.

3. As Escolas, a Questão Social e a Educação

Podemos dizer que esse último capítulo é de articulação teórica e diálogo com nosso objeto de estudo. Vamos discutir quantitativa e qualitativamente os resultados da pesquisa de campo que relaciona a questão social e os projetos de educação no âmbito das escolas públicas de Joinville, ao norte de Santa

Catarina. A análise dos dados coletados a partir da aplicação de questionários pode elucidar toda teorização dos dois primeiros capítulos do artigo. Então, neste capítulo vamos contextualizar nosso objeto de estudo, o teor do questionário em si e o procedimento de coleta de dados discutindo-a metodologicamente e reunindo as principais respostas para numerá-las e depois analisá-las. Atualmente, o município possui o universo de 123 escolas públicas (84 municipais e 39 estaduais), entre as quais, dez escolas desenvolvem projetos de educação, direitos humanos e políticas sociais. Deste modo, nossa decisão foi aplicar questionários somente com perguntas abertas usando as mesmas questões com dez alunos(as), um(a) de cada escola, sendo cinco meninos e cinco meninas. Todos participam de projetos de educação e nesta pesquisa foram selecionados aleatoriamente de maneira isenta. Suas identidades não são reveladas. Eles serão identificados pela sigla CJ (criança/jovem).

As perguntas se orientam pelas percepções/representações dos alunos sobre a questão social, a internet e a educação. Assim, pelas respostas ao questionário podemos mapear a opinião dos alunos sobre direitos humanos e políticas sociais e, sobretudo, observar seus comportamentos nas mídias sociais acerca desses temas. Metodologicamente, decidimos que a pergunta 1 devia localizar o aluno em seus posicionamentos sobre a questão social de modo que orientasse as demais respostas a partir de sua opinião sobre os direitos humanos e as políticas sociais. Nós esperávamos que a maioria fosse a favor, porém, precisamos reconhecer que a proporção surpreendeu: de dez alunos apenas um disse ser contra e mal se justificou. Vejamos o gráfico a seguir:



Assim, a maioria, portanto, é a favor dos direitos humanos e das políticas sociais. Nesse sentido, dizemos que os projetos de educação voltados a essa temática parecem oferecer elementos para uma compreensão mais ampla e complexa das questões sociológicas, históricas e contemporâneas. O processo educacional que se dá pela discussão da temática, pesquisa, produção e publicação de mídias torna os alunos mais conscientes e críticos sobre a questão social. Em sua maioria, esses alunos parecem mais alinhados à política “de esquerda” e compreendem, de um lado, que as políticas sociais são legítimas e oferecem ensaios de equidade social para aqueles que foram historicamente explorados pelo capitalismo e, de outro lado, que os direitos humanos são invioláveis e garantem a dignidade humana e a integridade dos sujeitos.

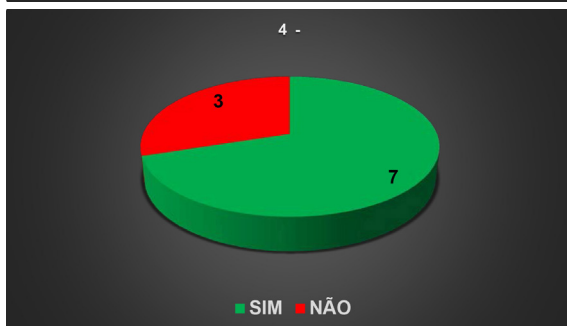
Conquanto, as crianças e os jovens engajados nos projetos de educação se dispõem a escutar o outro e compreender as suas narrativas sobre a questão social. Assim, majoritariamente, disseram ser favoráveis às políticas sociais e aos direitos humanos. No questionário, eles opinaram/argumentaram com certa propriedade acerca dessa temática. Inúmeros mencionaram projetos cujos quais produzem áudio ou vídeo documentários e nos quais entrevistam os indivíduos em situação de vulnerabilidade, menos favorecidos e marginalizados pela sociedade. CJ8 que respondeu assim à pergunta:

Os empresários e os ricos não concordam com as políticas sociais que o Estado desenvolve, por pressão popular, para atender as necessidades das pessoas. O curioso é que durante as crises econômicas eles recorrem a esse mesmo Estado para fazer empréstimos, quitar suas dívidas e salvaguardar seu patrimônio. Para a elite, o dinheiro público pode servir para resolver seus problemas, mas não para garantir direitos e liberdades individuais aos pobres e aos menos favorecidos. Quer dizer, o capitalismo é uma hipocrisia. (CJ8)

Podemos dizer, assistematicamente, que é de maneira contundente que os alunos dos projetos de educação costumam se manifestar acerca da questão social não apenas durante as discussões com seus colegas como na internet também, nas redes sociais ou em fóruns temáticos. Eles se apropriam sobre questões sociológicas e, ao compreendê-las, parecem se inquietar com as in-

justiças da sociedade transformando-se em ativistas pelas causas sociais. Esse fenômeno não acontece abruptamente como num estalo de dedos. É um longo processo pelo qual, paulatinamente, os alunos se apropriam da coisa social e se rebelam contra o *status quo* político, econômico e cultural da sociedade.

Assim, para que pudéssemos analisar o comportamento dos alunos na internet, a segunda, a terceira e a quarta perguntas se relacionam e dialogam com a hipótese. Nós perguntamos, respectivamente, se nas redes sociais e na internet a) eles publicam/postam algo; b) opinam, defendem ou repudiam; c) participam de algum fórum de discussão sobre direitos humanos e políticas sociais. Os gráficos das três questões apresentamos a seguir:



Podemos observar que, embora com números distintos, nas três perguntas as respostas “SIM” superaram as respostas “NÃO”. Assim, portanto, em todas as questões a maioria disse que lida ou lidou com múltiplas questões sociais na internet. Os projetos de educação parecem promover uma aproximação entre as crianças/jovens e as discussões sociológicas e, em estágio seguinte, estimular o net-ativismo social de modo natural, consequencial e não intencional. Nesta perspectiva, Silva (2010, p.04) afirma que:

Há, deste modo, uma urgência em repensar as formas de fazer comunicação, atentando para sua função, inegavelmente, educativa. A educação surge, portanto, com a proposta de refletir acerca do uso das tecnologias em prol de uma real democratização ou apenas em favor da reprodução de um sistema alienante e opressor. Esse campo de estudo e de intervenção social, o qual, estudiosos da comunicação e da educação, chamaram de educação, propõe o engajamento consciente dos indivíduos na estrutura social a qual pertencem.

As três perguntas obtiveram, entre os alunos, um “discurso médio” de respostas que se repetiram inúmeras vezes. Então, nessa ocasião, as falas de CJ3, CJ1 e CJ9 pareceram mais abrangentes, respectivamente, como respostas às questões 2, 3 e 4. Assim, compartilhamos a seguir essas falas mais elucidativas e discutimos *a posteriori*.

Sim, publiquei e publico com frequência porque nos projetos educativos aprendemos muita coisa e me sinto seguro para falar sobre esses assuntos. Eu geralmente falo algo sobre os artigos dos direitos humanos que tratam de liberdade de religião ou crença, forma de vida e liberdade de gênero. Também publico e compartilho textos, imagens e vídeos em defesa de negros e gays. Quando a gente produz mídias na educação da escola, eu também publico. Eu não tenho medo e nem vergonha de me expor. (CJ3)

Sim, quando alguém da direita fala mal dos direitos humanos na minha rede social, eu defendo e me posiciono a favor. Meu argu-

mento é que as pessoas que sofrem na sociedade atual são vítimas do capitalismo e da exploração. As políticas sociais, pelo menos, oferecem oportunidades. (CJ1)

Sim, participo de vários, mas o “Jovens de Esquerda” é o que mais eu e meus amigos da educomunicação gostamos porque todos pensam como a gente e nós aprendemos mais argumentações para defender nosso ponto de vista que é favorável aos direitos humanos e as políticas sociais. (CJ9)

As respostas antecipam a discussão com a qual findamos o artigo. Precisamos observar que os alunos parecem atribuir aos projetos de educomunicação esse modo de agir na internet e nas redes sociais. É notável a habilidade com a qual lidam sobre a questão social e a competência crítica de se posicionar com elementos/argumentos. O que podemos perceber quantitativamente pelos gráficos e qualitativamente pelas falas é que, efetivamente, os alunos parecem dominar em absoluto essa temática e torná-la objeto de net-ativismo. Podemos perceber que tudo acontece além da escola. Eles se reconheceram cidadãos a partir dos projetos de educomunicação: discussões teóricas entre colegas; pesquisa sobre a temática em pauta; produção de “mídias jornalísticas” em texto, áudio e vídeo; entrevistas com negros e gays; publicação das produções na internet.

Todo esse movimento permite a disseminação de suas narrativas sociais de luta, de resistência e de defesa em prol de si próprios, de seus pais, de seus familiares e dos sujeitos em geral. Essas narrativas não são “profissionais” e nem tem amplitude de disseminação por grandes meios de comunicação. Porém, desenvolve nessas crianças e jovens, sentidos de responsabilidade, de cidadania e de pertencimento. E, se formos otimistas/utópicos/idealistas, podemos acreditar que a união de milhões de narrativas sociais a partir da educomunicação pode, um dia, fazer coro em Joinville e no mundo pressionando governantes em prol de direitos humanos e de políticas sociais por meio de mobilizações sociais em mídias alternativas. Silva (2010, p.03) observa que:

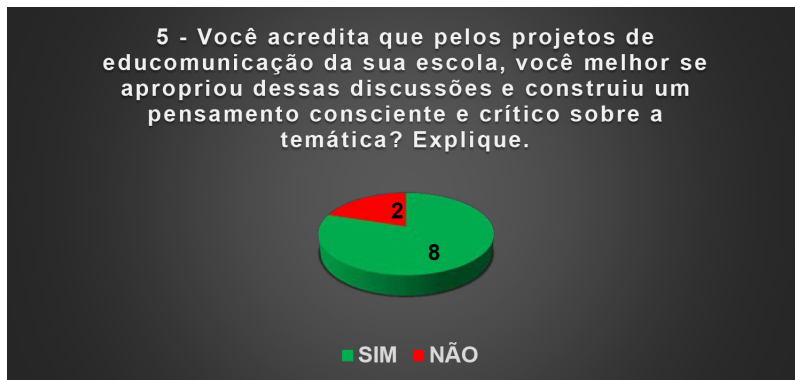
A contra hegemonia surge dos movimentos sociais que, preocupados com a emancipação popular necessária à mudança da sociedade, passam a propor formas de sensibilização. Os meios de comunicação, teoricamente, divulgadores da informação de qualidade, isenta e preocupada com o bem estar social, na prática, não cumprem por completo esta função. Dessa insatisfação com a mídia “oficial” surge a mídia “alternativa” como opção aos processos hegemônicos de comunicação, e possui, portanto, relação com a democracia. A mídia alternativa compreende uma gama de possibilidades de se fazer comunicação, cujo foco principal é a garantia dos processos comunicativos horizontalizados, nos quais a população possa ser tanto receptora quanto produtora/emissora de informação. Nesse modelo proposto deve haver, de fato, a valorização da diversidade sociocultural e dos princípios democráticos que devem estar expressos nas formas de construção coletiva.

A última pergunta do questionário, sobre a qual comentamos em algum momento, versou explicitamente acerca da “efetividade” dos projetos de educomunicação, direitos humanos e políticas sociais. É que, embora suspeitássemos que as questões anteriores pudessem revelar algo e comprovar a hipótese (o que, de fato, aconteceu), quisemos garantir que eram corretas/válidas nossas percepções sobre o objeto. CJ4 afirma que:

Os projetos de educomunicação foram fundamentais para eu entender tudo sobre direitos humanos e políticas sociais. Eu gosto muito das oficinas, das conversas, das nossas mídias, das entrevistas. E educomunicação fez a escola ter sentido pra mim. Acho que hoje sou mais informado e tenho mais conhecimento tanto que publico e opino sobre o assunto na internet e “na vida”.

Uma vez mais, ainda em justificativa à adição dessa pergunta ao questionário, ponderamos sobre nossa desconfiança de que, eventualmente, a apropriação sobre a coisa social entre os alunos pudesse ser oriunda da família ou de outros vínculos sociais que não dos projetos de educomunicação da escola. Porém, as

respostas revelaram o contrário e refutaram a desconfiança. O gráfico revela os números. Vejamos:



Então, 8 de 10 alunos parecem ter atribuído aos projetos de educomunicação essas capacidades, habilidades e competências para tratar da questão social na internet e “na vida” tornando-se ativistas sociais. Assim, podemos afirmar que os resultados sobretudo da quinta pergunta e do questionário em geral indicam que pelos projetos de educomunicação os alunos, de fato, se apropriam de modo tão significativo sobre as múltiplas questões sociais tornando-as objeto de net-ativismo em suas páginas nas redes sociais e em fóruns de discussão na internet. Podemos dizer que, de certo modo e em alguma medida, a internet democratizou as relações e reduziu o fosso entre os dominantes e os dominados. Isto porque, embora em escala incomparável aos meios hegemônicos mancomunados com a elite e o capital, a internet pelo menos oferece a possibilidade de articulação/disseminação de narrativas de subversão ao *status quo*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O primeiro capítulo se fundamentou na construção de um referencial teórico-conceitual sobre políticas públicas e as etapas que compunham o processo de criação e implementação de uma política pública. Inevitavelmente, o desenvolvimento se debruçou sobre o viés das políticas públicas e de suas relações com o capitalismo, a sociedade e o Estado. Depois, desenvolvemos uma análise histórica e conjuntural acerca das políticas públicas e do sistema de proteção

social no Brasil separando-o historicamente em dois e observando seus contextos sociais, políticos e econômicos.

No segundo capítulo dissertamos, especificamente, sobre a educomunicação do ponto de vista da teoria e da *práxis* alinhando-a aos direitos humanos e às políticas sociais, e à sua vocação de estimular/ampliar vozes narrativas sobre a questão social.

No terceiro capítulo ponderamos sobre as questões metodológicas articulando os resultados do questionário aplicados a dez alunos das escolas públicas de Joinville, pelo qual, averiguamos a opinião desses alunos sobre a questão social, suas práticas nas redes sociais e a influência da educomunicação nesse modo de pensar e de agir.

O artigo constrói paralelos entre a questão social, a educomunicação e a internet. Os resultados da pesquisa de campo demonstram a comprovação da hipótese de que a prática educomunicativa das escolas de Joinville/SC, em última instância, promove o net-ativismo social. Podemos dizer que ensino-aprendizagem torna-se mais efetivo quando, não raramente, os alunos se apropriam tão significativamente sobre a questão social que passam a se manifestar na internet defendendo causas sociais em formas ciberdemocráticas de participação elaboradoras a partir de uma ação engajada/coletiva nas mídias digitais. A educomunicação parece, portanto, incentivar a disseminação das narrativas de luta, de resistência e de subversão acerca das questões sociais em defesa de pobres, negros e gays, em suma, dos direitos humanos e das políticas sociais.

Nossa hipótese, portanto, está confirmada. De todo modo, reconhecemos que a discussão não está fechada e que novos elementos colaboram para compreensão desse fenômeno que se dá pela relação entre a educomunicação e a questão social.

Referências

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**: a sociedade brasileira em transição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JENKINS, H.; GREEN, J.; FORD, S. **Cultura da conexão**: criando valor e significado por meio da mídia propagável São Paulo: Editora ALEPH, 2014.

SILVA, É. D. C. **Educomunicação**: um campo essencial na construção de uma nova sociedade. Revista de Educação do Vale do São Francisco, vol. 1, p. 92-95, 2010.

SOARES, I. O. Metodologias da Educação para Comunicação e Gestão Comunicativa no Brasil e na América Latina. In: BACCEGA, M. A. (org.). **Gestão de Processos Comunicacionais**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Educomunicação**: as múltiplas tradições de um campo emergente de intervenção social, na Europa, EUA e América Latina. São Paulo: Unesco, 2012.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

TEIXEIRA, S. M. Políticas Sociais no Brasil: a histórica (e atual) relação entre o “público” e o “privado” no sistema brasileiro de proteção social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, ano 13, n. 2, p.45-64, jul./dez., 2007.

Sobre o autor

Wellington Nardes - Atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (2017-2019) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É especialista em Gestão de Políticas, Projetos e Programas Sociais (2018) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC/PR). É especialista em Educomunicação: Educação, Mídias e Comunicação (2014) pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). É graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (2011) pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali). É educador e membro da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom): participa regularmente de projetos/oficinas de Comunicação/Educação e, eventualmente, palestra sobre a interface para distintos públicos. É membro do Grupo de Pesquisa “Mediações Educomunicativas (MECOM)” vinculado à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). É pesquisador voluntário da Associação de Pesquisa e Extensão em Educação de Joinville (APEEJ) cujo grupo de especialistas desenvolve pesquisas sobre a política e a práxis educacional. É membro do Grupo de Pesquisa “Direitos e Desigualdades” vinculado à Associação Catarinense de Ensino (ACE). É professor das disciplinas de Metodologia Científica e de Comunicação, Criatividade e Inovação Organizacional da Faculdade Ibrate, instituição que possui sedes e parcerias em 9 cidades do Brasil. É coordenador geral da Apoio Centro Educacional, instituição com matriz em Curitiba e filiais em aproximadamente 30 cidades no Brasil.